

PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES OU POLÍTICA DE GÊNERO À MODA MOÇAMBICANA

Wagner Alexandre Siteo¹

Resumo: A mulher moçambicana assumiu um papel central na política contemporânea como resultado da sua participação histórica na luta de libertação nacional e do processo de democratização iniciado em 1992. Desde as primeiras eleições multipartidárias de 1994, observa-se um crescimento contínuo da presença feminina no Parlamento: 28,6% em 1999, 34,8% em 2004 e 39,6% em 2009, colocando Moçambique entre os países com maior representatividade parlamentar feminina. Este estudo analisa a participação feminina na política moçambicana, com enfoque na governança, liderança e democracia, buscando compreender os impactos dessa presença na transformação das relações de gênero. O problema central reside na discrepância entre a elevada representação das mulheres no Parlamento e a persistente desigualdade de gênero em outras esferas sociais e institucionais. Embora Moçambique apresente uma das maiores proporções de deputadas da África Austral, essa representatividade ainda não se converteu em igualdade substantiva no acesso a recursos, oportunidades e poder decisório. A presença feminina tem contribuído para o avanço de políticas de emancipação e fortalecimento democrático, mas enfrenta limitações impostas por barreiras culturais, socioeconômicas e estruturais. Conclui-se que a inclusão efetiva das mulheres na política moçambicana é condição fundamental para a consolidação de uma democracia participativa e para a promoção de transformações sociais duradouras. Contudo, tal processo requer estratégias integradas que articulem representatividade formal, equidade institucional e empoderamento real, garantindo às mulheres não apenas o direito de ocupar espaços de poder, mas também o de exercer influência decisiva sobre os rumos da nação.

Palavras-chave: Democracia; Participação Política; Mulheres; Moçambique.

WOMEN'S PARTICIPATION OR GENDER POLICY IN THE MOZAMBICAN WAY

Abstract: Mozambican women have assumed a central role in the country's contemporary politics as a result of their historical participation in the national liberation struggle and the democratization process that began in 1992. Since the first multiparty elections in 1994, there has been a continuous growth in women's presence in Parliament: 28.6% in 1999, 34.8% in 2004, and 39.6% in 2009, placing Mozambique among the countries with the highest female parliamentary representation. This study analyzes women's participation in Mozambican politics, focusing on governance, leadership, and democracy, and seeks to understand the impact of this presence on the transformation of gender relations. The central issue lies in the discrepancy between women's

1 Docente e Investigador do Instituto Superior de Ciências e Educação a Distância - UnISCED, Doutorando em Ciência Política e Relações Internacionais - UCM Maputo, Mestrado em População e Desenvolvimento - UEM e Licenciado em Ensino de História com Habilitações a Geografia - UP.

significant representation in Parliament and the persistent gender inequality that remains in other social and institutional spheres. Although Mozambique presents one of the highest proportions of female parliamentarians in Southern Africa, this representation has not yet translated into substantive equality in access to resources, opportunities, and decision-making power. Female participation has contributed to advancing policies aimed at women's emancipation and to strengthening inclusive democratic practices; however, cultural, socioeconomic, and structural barriers continue to limit the full scope of women's political engagement. It is concluded that the effective inclusion of women in Mozambican politics is fundamental to consolidating participatory democracy and promoting lasting social transformation. Nevertheless, this process requires integrated strategies that combine formal representation with institutional equity and real empowerment, ensuring that women not only occupy positions of power but also exercise decisive influence over the nation's direction.

Keywords: Democracy; Political Participation; Women; Mozambique.

1 INTRODUÇÃO

A consolidação da democracia na África, e em particular em Moçambique, não pode ser plenamente compreendida sem uma análise aprofundada da participação política das mulheres. Desde o pós-independência até o período contemporâneo, as mulheres têm se afirmado não apenas como sujeitos históricos, mas também como protagonistas na construção de um Estado plural e inclusivo. A problemática de sua participação política emerge, portanto, como um espaço privilegiado para compreender as ambiguidades do processo democrático, onde o formalismo institucional convive com as persistências do patriarcado e as resistências culturais enraizadas (Osório & Macuácuá, 2015).

Nesse contexto, um grupo de homens, geralmente oriundos do partido no poder, elege um conjunto de mulheres com base em afinidades que variam entre laços de parentesco e relações de confiança, tornando-se este o único critério para a ocupação de cargos de direção, liderança ou chefia. Muitas vezes, essas mulheres, que carecem de competências acadêmicas ou profissionais, tornam-se marionetes à mercê daqueles que lhes confiaram tais posições, experimentando uma dependência cega que as transforma em objetos de poder – “no poder, mas sem poder” – em que não há espaço para iniciativa própria, pensamento crítico, ousadia ou ação decisiva sem a orientação ou imposição da elite que as elegeu.

Este artigo propõe analisar a participação das mulheres na política moçambicana entre 1992, marco do Acordo Geral de Paz que inaugurou a abertura multipartidária, e a atualidade. Este recorte temporal revela-se metodologicamente pertinente, pois simboliza a transição de um Estado de partido único para uma democracia pluralista, na qual o discurso sobre inclusão de gênero se torna cada vez mais central (Sanches, 2015).

Parte-se da hipótese de que, embora Moçambique figure entre os países africanos com maiores índices de representação parlamentar feminina, persistem entraves de ordem estrutural, cultural e institucional que limitam a efetivação da igualdade substantiva. A dialética entre conquistas numéricas e fragilidades materiais constitui, portanto, a chave hermenêutica desta investigação.

Do ponto de vista metodológico, o estudo se ancora em uma abordagem qualitativa e exploratória, baseada em revisão bibliográfica e documental, de modo a revelar os contornos históricos, teóricos e empíricos da participação política feminina. A análise dialoga com os contributos da teoria feminista africana, dos estudos sobre democracia representativa (Karberg, 2015) e da reflexão sobre cidadania e governança na África (Vidal, 2017).

A relevância científica do trabalho reside na problematização do lugar da mulher como sujeito político, deslocando a discussão da mera representatividade estatística para a crítica das condições materiais que estruturam a desigualdade. Nesse sentido, defende-se que a democracia moçambicana permanece inacabada enquanto a emancipação feminina não se traduzir em uma prática política substantiva e transformadora.

2 PANORAMA HISTÓRICO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM MOÇAMBIQUE

A trajetória da participação política das mulheres em Moçambique está profundamente vinculada ao percurso histórico da luta de libertação nacional. Desde a década de 1960, o Destacamento Feminino da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) constituiu um marco simbólico da inserção da mulher no espaço público, atribuindo-lhe funções militares, logísticas e sociais no seio da guerrilha (Rocha, 2022). Todavia, essa inclusão, embora pioneira e emblemática, revelou-se permeada por contradições estruturais. Ao mesmo tempo em que se proclamava o princípio da igualdade entre homens e mulheres, persistiam práticas que reproduziam hierarquias de gênero e consolidavam a subalternização feminina (Franceschet, Krook & Piscopo, 2012).

No contexto pós-independência, essas contradições permaneceram latentes nas estruturas políticas e administrativas. Embora as mulheres tenham sido progressivamente integradas em posições de liderança em ministérios, assembleias e direções partidárias, a maioria continuou privada de real poder decisório, atuando sob forte tutela simbólica e prática dos homens que as nomearam ou apadrinharam. Muitas mulheres em cargos de chefia dependiam da consulta constante a seus superiores masculinos para validar decisões ou iniciativas, revelando a persistência de uma cultura política patrilinear ou patriarcal travestida de paridade formal. Tal dinâmica evidencia a distância entre a representação numérica e a efetiva emancipação política feminina, perpetuando a lógica segundo a qual o poder das mulheres é mediado, condicionado e frequentemente neutralizado pela autoridade masculina.

No período pós-independência (1975–1990), sob a égide do Estado socialista e do partido único, a mulher foi convocada a participar ativamente na construção da nação, assumindo papéis tanto na mobilização política quanto nas frentes de trabalho produtivo. A Organização da Mulher Moçambicana (OMM), fundada em 1973, desempenhou papel crucial na promoção da educação, na alfabetização e na inserção da mulher nos processos políticos e comunitários. Todavia, apesar da retórica igualitária promovida pelo discurso revolucionário, as desigualdades de gênero permaneceram entranhadas nas estruturas sociais e institucionais, revelando uma grande distância entre o ideal emancipatório e a prática cotidiana (Nguirze, 2010; *Inter-Parliamentary Union*, 2022).

Essas desigualdades manifestavam-se de forma multifacetada: na distribuição desigual do poder político e econômico, na baixa representatividade das mulheres em cargos de decisão, na persistência de estereótipos patriarcais que relegavam a mulher a funções de suporte e na dupla jornada de trabalho, em que o dever produtivo coexistia com a expectativa de cumprimento das tarefas domésticas e de cuidado familiar. Mesmo quando

promovidas a posições de liderança, o poder das mulheres era frequentemente simbólico e condicionado, carecendo de autonomia efetiva para influenciar decisões estratégicas.

Além disso, as estruturas partidárias e estatais mantinham uma lógica hierárquica e masculinista, em que a lealdade ao partido e aos seus dirigentes masculinos se sobrepunha à solidariedade de gênero. Essa realidade fez com que muitas dirigentes femininas se tornassem reprodutoras inconscientes da lógica patriarcal, legitimando práticas que perpetuavam a subordinação feminina no espaço público. Em consequência, a emancipação proclamada pelo Estado socialista foi, em grande medida, formal e discursiva, não conseguindo romper com os mecanismos históricos de exclusão e dependência que continuaram a moldar a experiência política das mulheres moçambicanas.

Com o Acordo Geral de Paz de 1992, inaugura-se uma nova etapa, caracterizada pelo multipartidarismo e pela institucionalização da democracia representativa. É nesse contexto que a participação política feminina ganha maior visibilidade e reconhecimento formal, com Moçambique alcançando, em 2009, cerca de 39,6% de representação feminina na Assembleia da República, colocando o país entre os mais avançados da África nesse indicador (Sanches, 2015).

Todavia, a presença numérica não significou, automaticamente, empoderamento político substantivo. Persistiram barreiras culturais que privilegiam decisões masculinas, estruturas patriarcais profundamente enraizadas e limitações institucionais que condicionaram a capacidade das mulheres de exercer influência decisiva na formulação de políticas públicas (Vidal, 2017). Entre tais limitações, destacam-se:

- a) A persistência de normas socioculturais patriarcais, que associam liderança, autoridade e tomada de decisão à figura masculina, relegando a mulher ao espaço doméstico ou a funções de apoio;
- b) A falta de autonomia política das mulheres nomeadas para cargos de liderança, muitas vezes dependentes do aval ou da orientação dos dirigentes masculinos que as indicaram, perpetuando relações de tutela e obediência;
- c) A escassez de mecanismos institucionais de apoio à liderança feminina, como redes de mentoria, financiamento político equitativo e formação específica em gestão pública e política;
- d) A sobrecarga das responsabilidades domésticas e familiares, que limita o tempo e a disponibilidade das mulheres para a participação plena em processos decisórios;
- e) O déficit de solidariedade intergênero dentro dos próprios partidos, onde a competição e o clientelismo se sobrepõem à cooperação entre mulheres;
- f) A ausência de políticas públicas consistentes de igualdade de gênero, que traduzam a paridade representativa em poder real de decisão e transformação social.

Essas limitações, de natureza simultaneamente estrutural e simbólica, tornaram a ascensão das mulheres a cargos de visibilidade um fenômeno mais representativo do cumprimento formal das metas de igualdade do que de uma transformação efetiva das relações de poder. Assim, a presença feminina nas instâncias de decisão, embora estatisticamente crescente, permaneceu marcada por condicionalidades patriarcais e

desigualdades persistentes, refletidas mais tarde nos retrocessos práticos da participação política das mulheres.

Este panorama histórico demonstra que a participação política feminina em Moçambique tem sido marcada por um movimento pendular entre avanços formais e retrocessos práticos, revelando a persistência de estruturas patriarcais que limitam a emancipação efetiva das mulheres. Embora o discurso político e as políticas públicas tenham afirmado, em diferentes períodos, o compromisso com a igualdade de gênero, a realidade mostrou que a inclusão feminina se processou, em grande medida, dentro de molduras simbólicas e dependentes, sem alterar substancialmente a lógica de poder estabelecida.

Os retrocessos práticos manifestaram-se tanto na redução da autonomia das mulheres em cargos de liderança, muitas vezes subordinadas à autoridade masculina, quanto na dificuldade de consolidação de políticas duradouras de igualdade e empoderamento. A paridade formal, traduzida em quotas e presença numérica, não foi suficiente para subverter a cultura política patriarcal, a sub-representação nos espaços decisórios estratégicos e a reprodução de práticas de exclusão que continuam a minar a legitimidade da voz feminina na esfera pública.

Assim, a trajetória histórica da mulher moçambicana na política deve ser compreendida como um processo inacabado, em que conquistas simbólicas convivem com a persistência de desigualdades estruturais e resistências culturais. O desafio contemporâneo reside, portanto, em transcender a dimensão quantitativa da participação e alcançar a emancipação substantiva da mulher como sujeito político pleno, dotado de autonomia, capacidade de decisão e legitimidade social. Tal transformação exige não apenas reformas institucionais, mas também uma mudança cultural profunda, capaz de romper com os alicerces patriarcais que, até hoje, condicionam a presença e a influência das mulheres nos espaços de poder em Moçambique.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: DEMOCRACIA, GÊNERO E REPRESENTAÇÃO

A análise da participação política das mulheres em Moçambique exige um diálogo multidimensional entre categorias clássicas da ciência política, contributos da teoria feminista africana e reflexões contemporâneas sobre cidadania.

3.1 Democracia e Representatividade

Do ponto de vista conceitual, a democracia se configura como um regime de participação, deliberação e representação (Krook, 2009). No entanto, essa representação não se restringe ao campo formal-institucional, devendo também abarcar dimensões substantivas, ou seja, a capacidade real de grupos historicamente marginalizados influenciarem decisões e moldarem políticas públicas (Moser, 1993).

A literatura sobre representação política distingue entre representatividade descritiva, entendida como a mera presença numérica de determinados grupos nos espaços de poder, e representatividade substantiva, que se refere à defesa efetiva de seus interesses e perspectivas (Sanches, 2015). No caso de Moçambique, a elevada proporção de deputadas

no Parlamento constitui um exemplo expressivo de representatividade descritiva, mas não assegura, necessariamente, uma participação substantiva ou transformadora.

Essa representatividade numérica deve ser compreendida à luz das características do sistema político moçambicano, que, desde a Constituição de 1990, passou de um modelo de partido único e centralizado para um regime multipartidário de base presidencialista, com eleições regulares e sistema de listas partidárias fechadas. Nesse modelo, os candidatos ao Parlamento e a outros cargos públicos são indicados pelos partidos, cabendo ao eleitorado votar na lista e não em nomes individuais. Essa configuração confere aos partidos – em especial ao partido no poder – amplo controle sobre a composição das listas eleitorais e, consequentemente, sobre quem ocupa os assentos parlamentares.

Nesse contexto, o aumento da presença feminina nas instâncias de decisão resultou, em grande medida, de processos de indicação partidária e de afinidade política, muitas vezes baseados em relações de confiança, lealdade e proximidade pessoal com as lideranças masculinas. Dessa forma, a ascensão das mulheres a cargos de visibilidade política não decorreu predominantemente de mobilização autônoma ou de uma conquista institucional de base democrática, mas sim de estratégias partidárias de legitimação e equilíbrio de imagem, visando demonstrar compromisso com a igualdade de gênero no plano internacional.

Consequentemente, a representatividade feminina em Moçambique emerge mais como resultado de mecanismos controlados de inclusão, sustentados por redes de influência e patronagem política, do que como fruto de um empoderamento estrutural e coletivo das mulheres. Isso explica por que, apesar do progresso quantitativo, a presença feminina não se converteu em poder político efetivo, permanecendo condicionada à lógica patriarcal e à dependência institucional das estruturas partidárias.

3.2 Género e Teoria Feminista Africana

A teoria feminista africana constitui uma lente crítica essencial para compreender os limites e potencialidades da participação feminina. *World Bank* (2021) adverte contra a importação acrítica de categorias ocidentais de género, defendendo que, em muitas sociedades africanas, as hierarquias sociais foram historicamente construídas não a partir do sexo biológico, mas de critérios mais complexos, como a idade ou o estatuto comunitário.

Neste sentido, a inclusão política das mulheres em Moçambique deve ser lida não apenas em termos quantitativos, mas no contexto das especificidades culturais, históricas e epistemológicas locais. A intersecção entre colonialismo, guerra e patriarcado criou uma condição singular, em que as mulheres foram simultaneamente protagonistas e vítimas dos processos de transformação social (Mussane, 2015).

3.3 Cidadania e Governança

A noção de cidadania, em sociedades pós-coloniais, revela-se uma arena de disputa. Para Cruz, (2014), a participação é um exercício de poder que possibilita às populações influenciarem os rumos das decisões colectivas. Porém, em contextos marcados por desigualdades estruturais, a cidadania feminina enfrenta constrangimentos materiais e simbólicos que limitam a sua efetividade.

A governança democrática, por sua vez, implica não apenas o funcionamento das instituições, mas a inclusão de vozes plurais e marginalizadas (Vidal, 2017). Assim, a presença das mulheres no parlamento ou nos órgãos executivos deve ser avaliada à luz da sua capacidade de transformar a agenda política, e não meramente contabilizada em percentuais.

Em síntese, a fundamentação teórica aponta para a necessidade de transcender visões reducionistas, compreendendo a participação política feminina como processo em disputa entre avanços formais e resistências estruturais.

4 METODOLOGIA

A presente investigação adota uma abordagem qualitativa e exploratória, orientada por revisão bibliográfica e documental, com o objetivo de analisar a participação política das mulheres em Moçambique entre 1992 e a atualidade.

4.1. Abordagem Qualitativa

A escolha por uma abordagem qualitativa justifica-se pela complexidade do objecto em estudo. Como salientam Minayo (2001) e Flick (2004), a pesquisa qualitativa permite compreender fenómenos sociais a partir de significados, valores e representações, indo além da mera quantificação. No caso específico, busca-se captar as dinâmicas de poder, as percepções sociais e as tensões entre inclusão formal e igualdade substantiva.

4.2 Procedimentos de Investigação

A pesquisa assenta em três eixos:

- a) Revisão bibliográfica – Foram mobilizados estudos sobre democracia, género, participação política e feminismo africano, privilegiando autores que analisam Moçambique e o contexto africano.
- b) Análise documental – Foram considerados documentos oficiais, relatórios de organizações não-governamentais (ONGs), estatísticas eleitorais e textos legais referentes à participação política e à promoção da igualdade de género.
- c) Leitura crítica comparativa – Desenvolveu-se uma análise comparativa entre as conquistas formais (número de deputadas, percentuais em cargos de decisão) e as fragilidades substantivas (violência simbólica, discriminação, desigualdades estruturais), buscando compreender as permanências e contradições do sistema político moçambicano no tocante à igualdade de género.

4.3 Delimitação Temporal

O recorte temporal vai de 1992 a 2025, período que cobre a transição democrática pós-guerra e os mais recentes pleitos eleitorais. O ano de 1992 constitui marco fundamental por corresponder ao Acordo Geral de Paz, que abriu o sistema político ao multipartidarismo e inaugurou o discurso da inclusão de género.

5 RESULTADOS

A análise da participação política feminina em Moçambique, no período pós-1992, revela um processo marcado por avanços formais e limitações substantivas. Desde a realização das primeiras eleições multipartidárias em 1994, as mulheres conquistaram um espaço crescente no Parlamento moçambicano: em 1999, ocupavam 28,6% das cadeiras; em 2004, 34,8%; e, em 2009, alcançaram 39,6%, colocando o país entre os líderes africanos e mundiais em representatividade parlamentar feminina (Sanches, 2015).

Tais conquistas numéricas decorrem, em grande medida, de políticas ativas implementadas pelos principais partidos, especialmente a FRELIMO, que adotou mecanismos internos de quotas para assegurar a inclusão feminina nas listas eleitorais. Essa prática acompanha tendências regionais observadas em países como Ruanda, África do Sul e Namíbia (Vidal, 2017). Além do Parlamento, mulheres ocuparam cargos estratégicos no Executivo, especialmente nas áreas de educação, saúde e ação social, consolidando formalmente a legitimidade da mulher como sujeito político.

Apesar desses avanços, a análise crítica evidencia que a representatividade feminina permanece, em grande parte, descritiva, sem garantir a efetiva capacidade de transformação da agenda política. Persistem barreiras estruturais, culturais e institucionais que limitam a emancipação substantiva. Entre elas destacam-se:

- a) Estrutural: desigualdades socioeconômicas, analfabetismo e acesso restrito a recursos produtivos, que dificultam a competição por cargos políticos e a realização de campanhas eleitorais (Osório & Macuácu, 2015).
- b) Cultural: persistência do patriarcado e de estereótipos de gênero, que relegam as mulheres ao espaço doméstico e às funções de suporte, desvalorizando sua liderança e naturalizando formas de violência simbólica (Cruz, 2014).
- c) Institucional: partidos políticos dominados por elites masculinas, nos quais quotas funcionam mais como instrumento de legitimidade internacional do que como meio de empoderamento real das mulheres (Vidal, 2017).

O contraste entre inclusão formal e igualdade substantiva evidencia uma dialética complexa: enquanto a presença numérica garante visibilidade e reconhecimento, a capacidade de transformar agendas políticas e sociais permanece limitada. As políticas públicas voltadas para a mulher ainda são majoritariamente restritas a áreas associadas ao “cuidado”, como saúde, educação e ação social, sem influenciar decisivamente setores estratégicos como economia, defesa e relações internacionais. Além disso, violência simbólica e discriminação velada silencia vozes femininas no Parlamento, demonstrando que a mera presença não garante agendas feministas ou políticas de igualdade de gênero (Osório & Macuácu, 2015).

A ascensão das mulheres a cargos de liderança está intimamente ligada à adoção de quotas partidárias e ao cumprimento de compromissos internacionais, como a CEDAW (1979) e a Plataforma de Ação de Pequim (ONU, 1995). No entanto, na prática, esses mecanismos funcionam como instrumentos de inclusão controlada, dependentes das estratégias dos dirigentes partidários, dado que o sistema eleitoral moçambicano adota listas partidárias fechadas: o voto recai sobre o partido, e não sobre candidatas individuais. Dessa forma, a escolha das mulheres resulta de processos internos de indicação, lealdade partidária

e relações de confiança com dirigentes masculinos, mantendo a dependência estrutural das mulheres em relação aos mecanismos de poder existentes.

A literatura comparada demonstra que esse padrão não é exclusivo de Moçambique. Contextos africanos e latino-americanos apresentam avanços formais semelhantes, acompanhados de limitações substantivas comparáveis (Vidal, 2017; Tripp, 2001). Assim, a participação política feminina deve ser entendida como um fenômeno simultaneamente progressista e limitado: representa visibilidade e conquista numérica, mas não assegura, necessariamente, autonomia, voz decisória ou transformação das estruturas patriarcais.

Portanto, os resultados indicam que a democratização plena da participação política feminina em Moçambique depende de políticas públicas integradas, programas de empoderamento, transformação cultural e criação de mecanismos que assegurem não apenas presença formal, mas poder substantivo. Só assim será possível consolidar uma democracia genuinamente inclusiva e transformadora, na qual a voz feminina seja efetivamente ouvida, respeitada e capaz de influenciar decisões estratégicas.

6 CONCLUSÃO

A presente investigação procurou examinar a trajetória da participação política das mulheres em Moçambique entre 1992 e a atualidade, privilegiando uma abordagem crítica que conjugue análise documental e reflexão sociocultural. Os resultados demonstram que, em termos quantitativos, Moçambique se configura como um caso paradigmático de avanço feminino, com taxas de representação parlamentar e ocupação ministerial entre as mais elevadas da África Subsaariana. Esse progresso decorre, em grande medida, da implementação de quotas partidárias e da institucionalização de mecanismos de promoção da igualdade de gênero.

No entanto, ao aprofundar a análise qualitativa, evidencia-se que a inclusão formal não se traduz automaticamente em emancipação substantiva. Persistem barreiras estruturais, pobreza, analfabetismo, falta de acesso a recursos, normas culturais, estereótipos de gênero, práticas patriarcais e limitações institucionais, como hierarquias partidárias dominadas por homens e restrição das mulheres a áreas consideradas “menos estratégicas”.

Neste contexto, Moçambique apresenta uma democracia formalmente inclusiva, porém ainda atravessada por desigualdades que comprometem a capacidade das mulheres de moldar efetivamente a agenda política nacional. O desafio, portanto, é promover uma participação que vá além do simbolismo, fortalecendo a igualdade substantiva por meio de políticas públicas integradas, programas de empoderamento e transformações culturais que desconstruam estereótipos e ampliem a autonomia feminina.

A consolidação da democracia moçambicana, nesse contexto, não pode ser medida apenas por quotas e estatísticas, mas pela capacidade de tornar o poder efetivamente acessível a todos os cidadãos, garantindo que a voz feminina seja ouvida, respeitada e decisiva. Somente assim será possível transformar a inclusão formal em igualdade substantiva, configurando uma democracia genuinamente participativa e igualitária.

7 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Reconhece-se que, ao privilegiar fontes secundárias, a pesquisa pode incorrer em lacunas empíricas. Contudo, esta limitação é compensada pela amplitude do material analisado e pela robustez do enquadramento teórico. O estudo não se propõe esgotar a temática, mas sim contribuir criticamente para o debate sobre democracia e gênero em Moçambique.

REFERÊNCIAS

CRUZ, R. Quotas and gender equality in Mozambique: Challenges and achievements. **African Journal of Political Science and International Relations**, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5897/AJPSIR2014.0643>. Acesso em: 18 set. 2025.

FRANCESCHET, S.; KROOK, M. L.; PISCOPO, J. M. **The impact of gender quotas**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Women in national parliaments**: Mozambique, 2022. Disponível em: <https://data.ipu.org/women-ranking?month=1&year=2022>. Acesso em: 27 ago. 2025.

KARBERG, S. **Participação política das mulheres e sua influência para uma maior capacitação da mulher em Moçambique**. Friedrich Ebert Stiftung, 2015. Disponível em: <https://libray.de/pdf-files/bueros/mosambik/13026.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

KROOK, M. L. **Quotas for women in politics: Gender and candidate selection reform worldwide**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

MOSER, C. O. N. **Gender planning and development: Theory, practice and training**. London: Routledge, 1993.

MUSSANE, R. **A problemática do investimento da mulher no processo de tomada de decisão nos países da SADC: Caso de Moçambique**. Monografia de licenciatura. Instituto Superior de Relações Internacionais, 2015.

NGUIRZE, S. **O contributo da conferência internacional da mulher no empoderamento político e a sua integração nos órgãos decisórios**: reflexão sobre Moçambique. Monografia de licenciatura. Instituto Superior de Relações Internacionais, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)**. Nova Iorque: ONU, 1979. Disponível em: <https://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/>. Acesso em: 21 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Pequim, 4 a 15 de setembro de 1995**. Nova Iorque: ONU, 1996. Disponível em: <https://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/platform/>. Acesso em: 21 out. 2025.

OSÓRIO, C.; MACUACUA, E. **Participação política das mulheres e homens em contexto eleitoral**. WLSA Moçambique, 2015. Disponível em: <https://www.wlsa.org.mz/wp-content/uploads/2015/08/participaco.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

ROCHA, E. **A luta internacional das mulheres da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)**. Universidade Católica do Rio Grande Sul, 2022.

SANCHES, E. **Representação política das mulheres em Moçambique**. Instituto Universitário de Lisboa e Universidade de Lisboa, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Edalina-Sanhes-2/publication/350767688_Representacao_politica_das_mulheres_em_Mocambique. Acesso em: 22 set. 2025.

TRIPP, A. M. **Women and politics in Uganda**. Kampala: Fountain Publishers, 2001.

VIDAL, C. Representação política feminina em Moçambique: Avanços e limites. **Revista de Estudos Africanos**, 2017.

WORLD BANK. **Women, business and the law 2021: Mozambique**. Washington, DC: World Bank, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1596/978-1-4648-1620-3>. Acesso em: 15 set. 2025.